



AUTORIZAÇÃO PARA QUEIMA CONTROLADA

I. Documentação Necessária

1. **"Solicitação de" (SD)** Impressa, devidamente preenchida e assinada pelo Proprietário ou Responsável Legal;
Observação: Se no campo procurador foi indicado um funcionário da empresa requerente, deverá ser apresentada, para conferência do vínculo, Carteira Profissional registrada, holerite, etc. 2 vias
2. **Comprovante de Pagamento do Preço de Análise**, devidamente recolhido, ou, se isento, comprovação da condição de isenção de acordo com a legislação vigente. 1 via
3. Cópia do **RG** e do **CPF** ou da Carteira Nacional de Habilitação (versão com foto) ou **CNPJ**, quando for o caso. 1 via
4. **Procuração**: quando for o caso de terceiros representando o Interessado. Deve ser assinada pelo Proprietário ou por um Responsável Legal. Não necessita de reconhecimento de firma. 1 via
5. **Matrícula ou Transcrição do Registro do Imóvel**, atualizada em 180 dias, emitida pelo Cartório do Registro de Imóveis competente.
Caso de Posse: para comprovação da posse do imóvel deverá ser apresentado um ou mais dos documentos abaixo descritos:
 - Escritura de Posse registrada em Cartório de Títulos e Documentos, acompanhada da certidão da matrícula do imóvel (na hipótese em que o interessado não é o proprietário na matrícula); ou,
 - Certidão de Usucapião, ou Decisão de usucapião transitada em julgado (certidão de objeto e pé de ação de usucapião).
 - Certidões Vintenárias dos distribuidores da Justiça Estadual e Federal (documentos importantes e cruciais para análise): Certidões Vintenárias expedidas no Cartório Distribuidor Cível da Comarca da situação do imóvel, informando a inexistência de ações de natureza possessória contra o possuidor requerente e seus antecessores, se necessário; e, Certidões Vintenárias expedidas pela Justiça Federal competente da situação do imóvel informando a inexistência de ações de natureza possessória contra o possuidor requerente ou seus antecessores, se necessário. Se as Certidões forem positivas apresentar Certidão de Objeto e Pé do processo, com descrição do imóvel objeto do litígio.
 - Contrato Particular de Compra e Venda ou Cópia dos contratos particulares de compra e venda;
 - Escritura pública de cessão de direitos hereditários (com cópia da certidão de óbito);
 - Escritura pública de cessão de direitos possessórios;
 - Declaração de inexistência de matrícula emitida pelo cartório de Registro de imóveis da localidade onde o imóvel se situa;
 - Outros documentos que comprovem a posse do imóvel e a ocupação do mesmo ao longo do tempo, pelo interessado ou seus antepassados.**Observação:** os documentos devem estar atualizados em até 180 dias ou conforme prazo de validade definido pelo Cartório de Registros de Imóveis. 1 via
6. **Certidão de Diretrizes de Uso e Ocupação do Solo**, emitida pela Prefeitura Municipal, conforme Resolução SMA 22/09, com validade de 180 dias após a emissão ou de acordo com o definido na certidão. 1 via
7. **Roteiro de acesso ao local**. 1 via
8. **IPTU** - Imposto Predial e Territorial Urbano – para imóvel urbano. 1 via



9. ITR- Imposto Territorial Rural – para imóvel rural. 1 via

10.CCIR – Cadastro de Imóvel Rural

Observação: Este documento pode ser consultado ou emitido em <http://ccirweb.serpro.gov.br/ccirweb/emissao/formEmissao> 1 via

11.Comunicação de Queima Controlada (conforme diretrizes da Lei Estadual nº. 10.547/2000 regulamentada pelo Decreto Estadual 56.571/2010). 1 via

12.Planta Planialtimétrica que represente os usos do solo da propriedade, com a locação da vegetação nativa existente e classificação das suas fisionomias e dos seus respectivos estágios sucessionais, demarcação dos corpos d'água, caminhos, estradas, edificações existentes ou a construir, e confrontantes.

Deverão ser delimitadas as áreas especialmente protegidas (APP, Reserva Legal, Área Verde, etc.), as áreas objeto de supressão da vegetação nativa, as árvores nativas isoladas indicadas para supressão, as áreas objeto de compensação/recuperação, e, as áreas propostas para averbação.

As informações acima descritas devem estar compatíveis com o Laudo de Vegetação além de serem representadas na legenda. A planta deve apresentar coordenadas geográficas ou UTM, indicação do DATUM horizontal e escala adequada à área do imóvel.

Observação: Caso seja adotado o procedimento simplificado poderá ser substituída por planta planimétrica ou croqui. As plantas deverão ser assinadas pelo proprietário e responsável técnico habilitado pelo CREA e dever estar acompanhadas da respectiva ART. O croqui está dispensado de recolhimento de ART. 3 vias

13.Laudo de caracterização da vegetação objeto do pedido, contendo as seguintes informações compatíveis com aquelas demarcadas na planta planialtimétrica:

a. Para supressão de vegetação nativa - Identificação do(s) tipo(s) e estágio(s) de desenvolvimento que recobre(m) a(s) área(s) objeto do pedido, conforme Resolução CONAMA nº 01/94, Resolução Conjunta IBAMA/SMA nº1/94 e Resolução CONAMA nº 07/96 (para Mata Atlântica), Resolução SMA 64/09 (para Cerrado), ou Legislação Municipal, cuja cópia deverá ser anexada;

b. Para Supressão de árvores Isoladas - Identificação das espécies (nome popular e científico) e das espécies arbóreas especialmente protegidas (espécies imunes de corte, patrimônio ambiental ou ameaçadas de extinção), conforme Resolução SMA 18/07;

c. Medidas compensatórias para realização da obra ou empreendimento;

d. Fotografias atuais, com indicação da direção da tomada da foto na planta.

Observação: deverá estar acompanhado de devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do responsável habilitado junto ao Conselho de Classe. 1 via

14.Laudo de Fauna, conforme Portaria DEPRN 42/00.

Observação: deverá estar acompanhado de devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do responsável habilitado junto ao Conselho de Classe. 1 via



A CETESB se reserva o direito de exigir complementação de informações a qualquer momento da análise do processo.

II. Preço

15 UFESP

III. Procedimento Simplificado

Os interessados cujos pedidos enquadram-se em pelo menos uma das situações exemplificadas abaixo poderão adotar o procedimento simplificado:

- a.** Supressão de vegetação nativa em lote urbano com área igual ou inferior a 1000 m²;
- b.** Supressão de árvores isoladas ou localizadas em áreas de floresta nativa, por comunidade indígena e quilombola, para a confecção de peças artesanais e utilitárias;
- c.** Supressão de até 30 árvores isoladas para imóveis localizados em área rural;
- d.** Supressão de vegetação nativa, árvores isoladas e/ou intervenção em Áreas de Preservação Permanente, por proprietário de pequena propriedade rural familiar, conforme definido na MP 2166-67/01;
- e.** Supressão e/ou bosqueamento de vegetação nativa com finalidade de abertura de picadas em propriedades rurais ou urbanas, para a realização de levantamento planialtimétrico cadastral ou instalação de cerca;
- f.** Obras ou intervenções para desocupação e recuperação de áreas de risco, desde que solicitadas pela Prefeitura Municipal;
- g.** Autorização para queima de restos de culturas agrícolas para controle fitossanitário, desde que recomendada pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento ou decorrente de exigência legal específica;
- h.** Qualquer tipo de solicitação, desde que o interessado comprove que sua renda familiar não exceda a 5 (cinco) salários mínimos ou comprove estar cadastrado em programas de benefícios do Governo Federal, Estadual ou Municipal que não possua outro imóvel e desde que não exista outro pedido deferido nos últimos 5 (cinco) anos na mesma propriedade;
- i.** Pequenas travessias de corpos d'água, cuja área de intervenção na APP não ultrapasse 0,5 ha;
- j.** Implantação, reforma e manutenção de tanques, açudes, bebedouros e barramentos, observando o disposto na Resolução Conjunta SMA/SAA nº02/97;
- k.** Instalação de equipamentos para captações e condução de água com até 100 metros de extensão;
- l.** Intervenção em Áreas de Preservação Permanente, sem vegetação nativa, para implantação de cerca de divisa de propriedade, seja qual for sua extensão, e de acesso de pessoas e animais aos cursos d'água, lagoas, lagos e represas, para obtenção de água, com largura inferior a 2 (dois) metros.

No procedimento simplificado a planta planialtimétrica pode ser substituída pela planimétrica ou croqui, porém devem ser representados os atributos naturais, usos do solo e as áreas de intervenção. É dispensada a apresentação dos Laudos de Vegetação e de Fauna.



A critério da CETESB e após manifestação técnica devidamente motivada nos autos, outras situações poderão ser enquadradas no procedimento simplificado.